

CPI- Orçamento O jogo prossegue

CORREIO BRAZILIENSE

24 JAN 1994

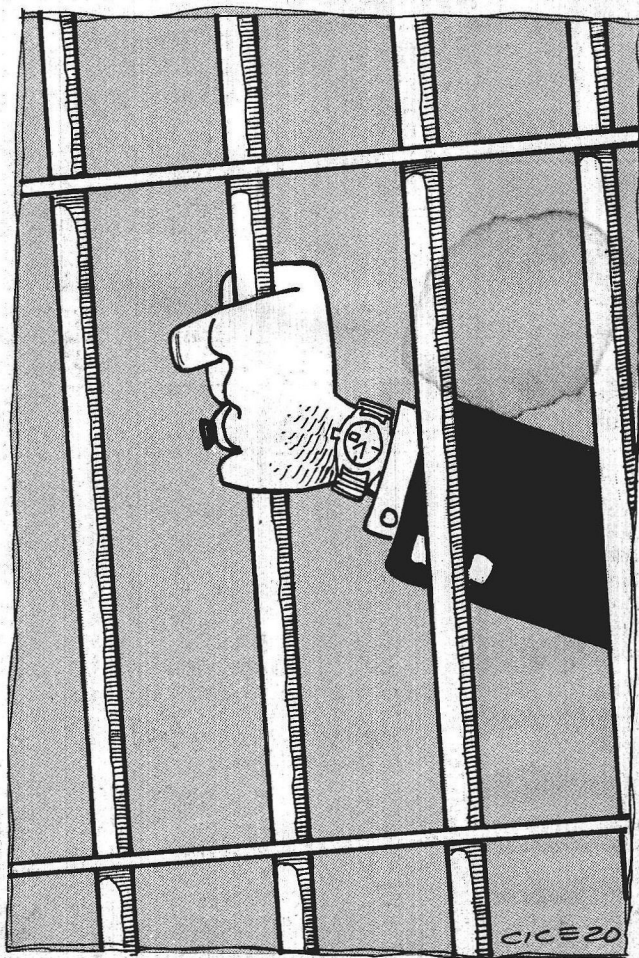
João Emílio Falcão

Após as conclusões da CPI do Orçamento, da qual emergiu como figura ímpar o senador Jarbas Passarinho, excelente candidato a presidente da República, está na hora de começar o segundo tempo. O trabalho da CPI será inútil se ficar apenas nas cassações, sem outras consequências, porque durante três meses o povo foi massacrado com informações sobre corrupção, superfaturamento de obras públicas, desvio de subvenções etc. Está revoltado com o que foi apurado e, portanto, não aceitará punições pela metade.

O desdobramento da CPI é fundamental para acabar com a impunidade existente. O passo inicial será o confisco de bens de todos quantos roubaram o Erário, pois o corrupto teme mais a perda de propriedades e valores do que a da liberdade. Para eles, a riqueza — não importa como — está acima da dignidade. O sr. PC Farias, por exemplo, não parece incomodado com a prisão, nem açabrunhado com o noticiário, mas será que manteria essa tranquilidade se tivessem sido confiscados seus bens? É provável que não.

A Justiça do Rio de Janeiro acaba

de fazer isso com dois fraudadores do INSS, devendo recuperar em torno de 140 milhões de dólares. Mais importante do que o valor é a reafirmação do princípio, a defesa do Erário, que, se fosse constante, teria impedido o nível de assalto revelado pela CPI do Orçamento. A decisão da Justiça fluminense é rara porque,



em geral, ninguém aplica a lei do enriquecimento ilícito, proposta pelo senador Jarbas Passarinho quando ministro da Justiça do governo Col-

lor.

Fosse a Justiça mais eficiente em vez de morosa, e, seguramente, a impunidade não seria característica de nossa sociedade. Como está o julgamento das irregularidades descobertas no governo Collor, dos inúmeros processos envolvendo o chamado grupo de Alagoas? Essa lentidão somente beneficia o infrator, de nada adiantando os esforços do Ministério Público, que continua a pregar no deserto. A exemplo do que faz o Tribunal de Contas da União, cujas decisões não têm a necessária eficácia, arrastando-se os processos na Justiça.

A CPI demonstrou que a corrupção dos parlamentares era possível porque havia convivência de setores do Executivo, especialmente no que se refere à liberação de verbas, mas o Governo Federal ainda não se preocupou em apurar tais denúncias, o que pressupõe a manutenção dos mesmos esquemas de corrupção. Mostrou, também, a inexistência da fiscalização sobre a aplicação de verbas, mas o Governo retirou o projeto do ex-presidente Collor instituindo o Sistema Federal de Controle Interno e nada fez. A inércia favorece a corrupção.

Em vários depoimentos ficou ostensivo como era fácil sonegar. Esse desdobramento, felizmente, ocorrerá porque a Receita Federal atravessa hoje, orientada pelo íntegro e firme Osiris Lopes Filho, a sua melhor fase. É fácil prever que nos próximos dias os sonegadores estarão convocados pela Receita e terão de pagar o que devem. Mas nem todos têm a disposição e a coragem dos fiscais da Receita e, por isso, é bem possível que todo o barulho da CPI tenha sido inútil. Para casar 15 ou 20 corruptos, não precisava o País ter ficado parado durante três meses.

■ João Emílio Falcão é jornalista